



7 • Correio Braziliense — Brasília, sexta-feira, 17 de maio de 2024

Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na quinta-feira	lbovespa nos últimos dias	Na quinta-feira		Comercial, venda na quinta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,2% São Paulo	128.154	R\$ 5,130 (-0,4%)	R\$ 1.412	R\$ 5,576	10,40%	10,39%	Dezembro/2023 0,56 Janeiro/2024 0,42 Fevereiro/2024 0,83 Março/2024 0,16 Abril/2024 0,38
0,1% Nova York	128.027	Últimos					
	13/5 14/5 15/5 16/5	10/maio 5,158 13/maio 5,151 14/maio 5,130 15/maio 5,136					

CRESCIMENTO ECONÔMICO

Fazenda eleva projeção do PIB para 2,5%

Boletim com as estimativas, divulgado ontem, não inclui o impacto das enchentes no Sul sobre a atividade econômica

» ROSANA HESSEL

Apesar da catástrofe climática no Rio Grande do Sul que, até a tarde de ontem, afetou 2,2 milhões de pessoas, deixou 151 mortos e 540 mil desabrigados, o Ministério da Fazenda elevou de 2,2% para 2,5% a projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) deste ano e manteve em 2,8% a expectativa de expansão econômica de 2025, conforme dados do Boletim Macroeconômico, divulgado ontem pela pasta. Os números estão bem mais otimistas do que as previsões do mercado. A mediana das estimativas para o crescimento do PIB deste ano, coletadas pelo Banco Central no Boletim Focus, é de 2,09%, neste ano, e de 2%, no ano que vem.

Ao comentar os números do boletim elaborado pela Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda, o titular da pasta, o economista Guilherme Mello, reconheceu que ainda é cedo para prever o impacto econômico das enchentes no estado sulista, e, por isso, o órgão não incluiu o assunto nas estimativas.

Conforme dados da SPE, o PIB do Rio Grande do Sul tem um peso aproximado de 6,5% no PIB do país, e, portanto, as perdas deverão ser registradas no segundo trimestre, mas deverão ser parcialmente compensadas nos trimestres anteriores devido aos pacotes de ajuda do governo federal que estão em curso, como o auxílio de R\$ 5,1 mil para as famílias comprarem itens perdidos, como eletrodomésticos. “A magnitude desse efeito depende da ocorrência de novos eventos climáticos, de transbordamentos desses impactos para estados próximos e do efeito de programas de auxílio fiscal e de crédito nas cidades atingidas pelas chuvas”, destacou o documento da SPE. Segundo o órgão, “atividades ligadas à agropecuária e à indústria de transformação deverão ser as

Washington Costa/Min. Fazenda



Ao detalhar o Boletim Macroeconômico de maio, Guilherme Mello disse que ainda é cedo para mensurar o impacto dos desastres no Sul para a economia

mais afetadas a nível nacional, por serem mais representativas no PIB do estado do que no PIB brasileiro”.

A Fazenda piorou a projeção para a inflação oficial, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de 3,5% para 3,7% — acima do centro da meta determinada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de 3%. Para 2025 a expectativa para o indicador passou de 3,1% para 3,2%, também acima do centro da meta. A mediana das estimativas do mercado para o IPCA deste ano e do próximo estão em 3,76% e 3,66%, respectivamente.

Enquanto o quadro fiscal piora e analistas aumentam as apostas da taxa básica da economia (Selic) no fim 2024 para 10% ao

ano, Mello minimizou as preocupações e reforçou as falas do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de que a inflação de 2024 ficará abaixo da de 2023.

“Neste ano, novamente, teremos uma desaceleração da inflação, mesmo em um cenário com pressões externas que impactam a nossa taxa de câmbio e pressões domésticas como as que vão advir da catástrofe do Rio Grande do Sul e que impactam na produção de alguns alimentos”, disse.

PIB trimestral

A SPE também melhorou a previsão para o crescimento do PIB do primeiro trimestre de 2024, de 0,7%, no boletim de março, para 0,8%, para maio. “A expansão em serviços

surpreendeu em janeiro e março, mostrando crescimento robusto dos serviços prestados às famílias e de informação e comunicação. As vendas no varejo, as concessões de crédito e os dados de mercado de trabalho também surpreenderam positivamente no trimestre. Em contrapartida, apesar dos bons resultados de indicadores coincidentes para a construção, o desempenho da indústria extrativa e de transformação ficou aquém do esperado em março”, informou o relatório.

Nessas novas projeções, a estimativa de crescimento da produção agropecuária passou de 11,6% para 12,3%, na mesma base de comparação. Já a previsão da produção industrial recuou de 0,7% para 0,3%. Enquanto isso, o

volume de serviços deverá crescer 1%, acima da alta de 0,9% prevista em março, devido ao reflexo dos bons números do setor apresentados nos últimos meses, segundo a subsecretária de Política Macroeconômica da SPE, Raquel Nadal.

No Prisma Fiscal de maio, conforme os dados da Fazenda, a projeção mediana de 2024 para o déficit primário das contas do governo central — que inclui Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social — recuou de R\$ 118,6 bilhões, em janeiro, para R\$ 76,8 bilhões, neste mês. A mediana das expectativas para Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) deste ano teve leve variação entre março e maio, passando de 77,50% do PIB para 77,30% do PIB.

IFI menos otimista

Pouco depois de o Ministério da Fazenda divulgar novas projeções econômicas no Boletim Macro Fiscal, a Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado Federal, também atualizou, ontem, as perspectivas para a economia brasileira, com estimativas mais conservadoras do que as do governo e piora nas contas públicas.

Enquanto a Fazenda prevê avanço de 2,5% e de 2,8% no Produto Interno Bruto (PIB), deste ano e do próximo, a IFI projeta avanços de 2% e de 1,9%, respectivamente. Além disso, a entidade fez o mesmo alerta do Banco Central sobre a piora do quadro fiscal após o governo mudar as metas fiscais de 2025. Na semana passada, o BC reduziu o ritmo de corte da taxa básica da economia (Selic), de 0,50 ponto percentual para 0,25 ponto. Com isso, os juros passaram a 10,50% ao ano.

“Um fato importante foi a mudança de postura do Banco Central, a partir da detecção de uma incerteza maior em relação aos resultados fiscais e de expectativas de inflação desancoradas, que somadas à rigidez da política monetária americana, determinaram a desaceleração no ritmo de redução da taxa básica de juros pelo Copom”, destacou o documento.

A entidade se alinhou com as novas projeções do mercado, ajustando as previsões para a Selic no fim deste ano, de 9,50% para 10% ao ano, e a de 2025, de 8,50% para 9%. No Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) os economistas da IFI destacaram o fato de que, com a mudança das metas fiscais, o governo “alongou o tempo do ajuste fiscal necessário para a produção dos superávits primários que permitirão a estabilização da relação entre a dívida pública e o PIB”. (RH)

ARRECADAÇÃO

Super-ricos precisam atualizar dados do exterior

» RAFAELA GONÇALVES

Contribuintes brasileiros com aplicações no exterior, os chamados fundos offshore, têm até 31 de maio para atualizar as informações sobre bens e direitos fora do país. De acordo com o Ministério da Fazenda, há mais de R\$ 1 trilhão em ativos no exterior distribuídos entre cerca de 100 mil investidores.

A nova norma, prevista na lei que tributa os fundos dos “super-ricos”, aprovada em dezembro do ano passado, permite a atualização opcional de bens e direitos no exterior, desde que já tenham sido declarados em 2022, exceto pessoas que não eram residentes e agora moram no Brasil.

A maior parte dos recursos mapeados está alocado em paraísos fiscais como Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Cayman e outros

territórios no Caribe. Segundo o diretor de programa da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária, Daniel Loria, ainda não é possível avaliar a adesão à nova lei, visto que alguns contribuintes deixaram para fazer sua declaração de Imposto de Renda no fim do prazo, que vence em duas semanas. “Claro que temos essa base, mas existem algumas variáveis que dificultam fazer uma estimativa exata”, disse em coletiva de imprensa.

Alíquota menor

A atualização não é obrigatória, mas os investidores que optarem por regularizar seus tributos passados contarão com algumas vantagens. Quem optar por regularizar pagará uma alíquota de 8%, abaixo dos 15% da alíquota

padrão, além do congelamento da cotação cambial. Aquele que não fizer essa atualização terá exigências mais complexas para controle da tributação sobre lucros dos regimes antigo e novo, além de perder o benefício da alíquota reduzida. “Essa é uma possibilidade de atualização do passado com algumas vantagens. Agora, a partir de 2024 todo mundo terá que pagar. De qualquer jeito, todos vão entrar na nova regra. Esse investidor teria de pagar uma alíquota de 15%, é um desconto de quase 50% da alíquota-padrão”, afirmou Loria.

Facilidade

O economista Volnei Eyng, CEO da Multiplike, recorda que, anteriormente, esse tipo de patrimônio ou rendimento era tributado apenas no momento do resgate.

Agora, a tributação é feita periodicamente. “Para facilitar a declaração, o sistema da Receita Federal neste ano incluiu um campo específico para bens no exterior e fundos exclusivos”, observou.

Para Giovanni Faria Milet, advogado do departamento tributário da Andersen Ballão Advocacia, a atualização dos bens no exterior pode ser uma forma prática e vantajosa de economia tributária. “Principalmente para aqueles que pretendem vender ou liquidar esses bens no futuro, considerando que será pago um valor efetivamente menor de imposto de renda pelo ganho de capital”, avaliou.

A Fazenda espera arrecadar mais de R\$ 5 bilhões em 2024 com o pagamento do imposto. A tributação faz parte dos esforços do governo para aumentar suas fontes de receita.

Washington Costa/Min. da Fazenda



Daniel Loria: dados das offshores devem ser repassados até 31 de maio